

Governo age para garantir empréstimo

CORREIO BRAZILIENSE

Governo age para garantir empréstimo

» SIMONE KAFRUNI

O governo agiu em todas as frentes, ontem, para estancar a sangria no setor elétrico, causada pela debandada de três conselheiros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). E aposta todas as suas fichas no contrato bilionário de empréstimo às distribuidoras para dar o caso por encerrado. Marcada para hoje, a assinatura do financiamento de R\$ 11,2 bilhões envolve a entidade, que não tem patrimônio nem garantia para lastrear a operação, e um grupo de 13 bancos.

O medo de sofrer ações judiciais fez com que Luciano Freire, Paulo Born e Ricardo Lima, três dos cinco conselheiros da Câmara, renunciassem aos cargos e a um salário mensal de R\$ 50 mil às vésperas da assinatura do contrato. Como a CCEE não tem capital próprio nem pode oferecer garantias para esses empréstimos, a promessa é de que a criação de um encargo e o reajuste nas contas de luz de todos os consumidores brasileiros, em 2015, possam assegurar o pagamento do financiamento.

Temerosos sobre a viabilidade da operação, a maioria dos bancos elencados para financiar o setor preferiu não se manifestar sobre

A partilha

Informações de mercado dão conta de que o empréstimo inédito de R\$ 11,2 bilhões a ser contratado pelo CCEE terá juros anuais de 1,9% acima da variação do CDI. O pagamento terá de ser feito em até três anos, com um ano de carência a partir da liberação de cada parcela e dois para a quitação. A última prestação está prevista para outubro de 2017. De toda forma, os consumidores começam a pagar a dívida em 2015, com um percentual cobrado na conta de luz. O empréstimo dos bancos seria liderado pela Caixa e pelo Banco do Brasil, com R\$ 2,5 bilhões cada.

o assunto. Durante a divulgação do balanço do Bradesco, o presidente da instituição, Luiz Carlos Trabuco Cappi, foi questionado pelo **Correio** sobre quanto dos R\$ 11,2 bilhões seria emprestado pelo banco e qual a classificação de risco para a operação.

“Não nos manifestamos nem damos esse tipo de dado de rating. É uma operação que está sendo construída com os bancos, com os sindicatos de bancos e com as garantias possíveis para que ela seja

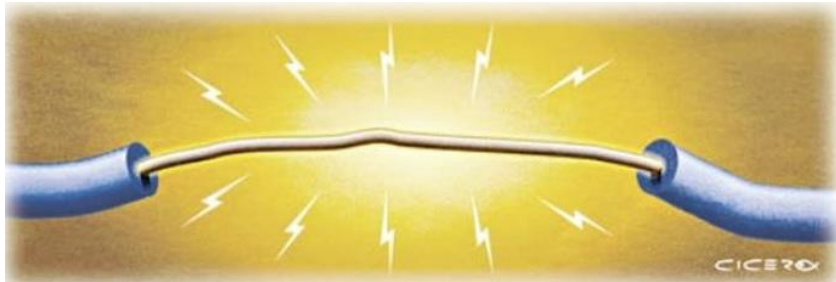
bem-sucedida”, afirmou Trabuco, visivelmente desconfortável por ter que comentar o assunto.

Nos bastidores do setor financeiro, o empréstimo está sendo comparado a uma operação de recebíveis lastreada no aumento da fatura de energia elétrica dos consumidores no ano que vem. “As instituições estão discutindo qual será a remuneração”, afirmou uma fonte ligada a um grande banco.

Enquanto isso, os três conselheiros que pediram desligamento da CCEE cumprem quarentena e não podem se manifestar sobre a decisão. “Compreendo a preocupação dos executivos. Esse empréstimo é uma operação, no mínimo, inusitada. Eles foram orientados por advogados porque o montante é de tal magnitude que é um risco absurdo ser responsabilizado judicialmente”, opinou Adilson de Oliveira, especialista no setor elétrico da UFRJ.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a necessidade de financiamento é urgente. “O setor requer aporte bilionário, isso é fato. Porém, a insatisfação é pela forma como o governo está lidando com isso”, avaliou.

Para especialistas, a manobra do governo pretende esconder que as empresas estão quebradas por conta da própria intervenção.



O governo agiu em todas as frentes, ontem, para estancar a sangria no setor elétrico, causada pela debandada de três conselheiros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). E aposta todas as suas fichas no contrato bilionário de empréstimo às distribuidoras para dar o caso por encerrado. Marcada para hoje, a assinatura do financiamento de R\$ 11,2 bilhões envolve a entidade, que não tem patrimônio nem garantia para lastrear a operação, e um grupo de 13 bancos.

O medo de sofrer ações judiciais fez com que Luciano Freire, Paulo Born e Ricardo Lima, três dos cinco conselheiros da Câmara, renunciassem aos cargos e a um salário mensal de R\$ 50 mil às vésperas da assinatura do contrato. Como a CCEE não tem capital próprio nem pode oferecer garantias para esses empréstimos, a promessa é de que a criação de um encargo e o reajuste nas contas de luz de todos os consumidores brasileiros, em 2015, possam assegurar o pagamento do financiamento.

Temerosos sobre a viabilidade da operação, a maioria dos bancos elencados para financiar o setor preferiu não se manifestar sobre o assunto. Durante a divulgação do balanço do Bradesco, o presidente da instituição, Luiz Carlos Trabuco Cappi, foi questionado pelo Correio sobre quanto dos R\$ 11,2 bilhões seria emprestado pelo banco e qual a classificação de risco para a operação.

“Não nos manifestamos nem damos esse tipo de dado de rating. É uma operação que está sendo construída com os bancos, com os sindicatos de bancos e com as garantias possíveis para que ela seja bem-sucedida”, afirmou Trabuco, visivelmente desconfortável por ter que comentar o assunto.

Nos bastidores do setor financeiro, o empréstimo está sendo comparado a uma operação de recebíveis lastreada no aumento da fatura de energia elétrica dos consumidores no ano que vem. “As instituições estão discutindo qual será a remuneração”, afirmou uma fonte ligada a um grande banco.

Enquanto isso, os três conselheiros que pediram desligamento da CCEE cumprem quarentena e não podem se manifestar sobre a decisão. “Compreendo a preocupação dos executivos. Esse empréstimo é uma operação, no mínimo, inusitada. Eles foram orientados por advogados porque o montante é de tal magnitude que é um risco absurdo ser responsabilizado judicialmente”, opinou Adilson de Oliveira, especialista no setor elétrico da UFRJ.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, a necessidade de financiamento é urgente. “O setor requer aporte bilionário, isso é fato. Porém, a insatisfação é pela forma como o governo está lidando com isso”, avaliou.

Para especialistas, a manobra do governo pretende esconder que as empresas estão quebradas por conta da própria intervenção.

A partilha

Informações de mercado dão conta de que o empréstimo inédito de R\$ 11,2 bilhões a ser contratado pelo CCEE terá juros anuais de 1,9% acima da variação do CDI. O pagamento terá de ser feito em até três anos, com um ano de carência a partir da liberação de cada parcela e dois para a quitação. A última prestação está prevista para outubro de 2017. De toda forma, os consumidores começam a pagar a dívida em 2015, com um percentual cobrado na conta de luz. O empréstimo dos bancos seria liderado pela Caixa e pelo Banco do Brasil, com R\$ 2,5 bilhões cada.